

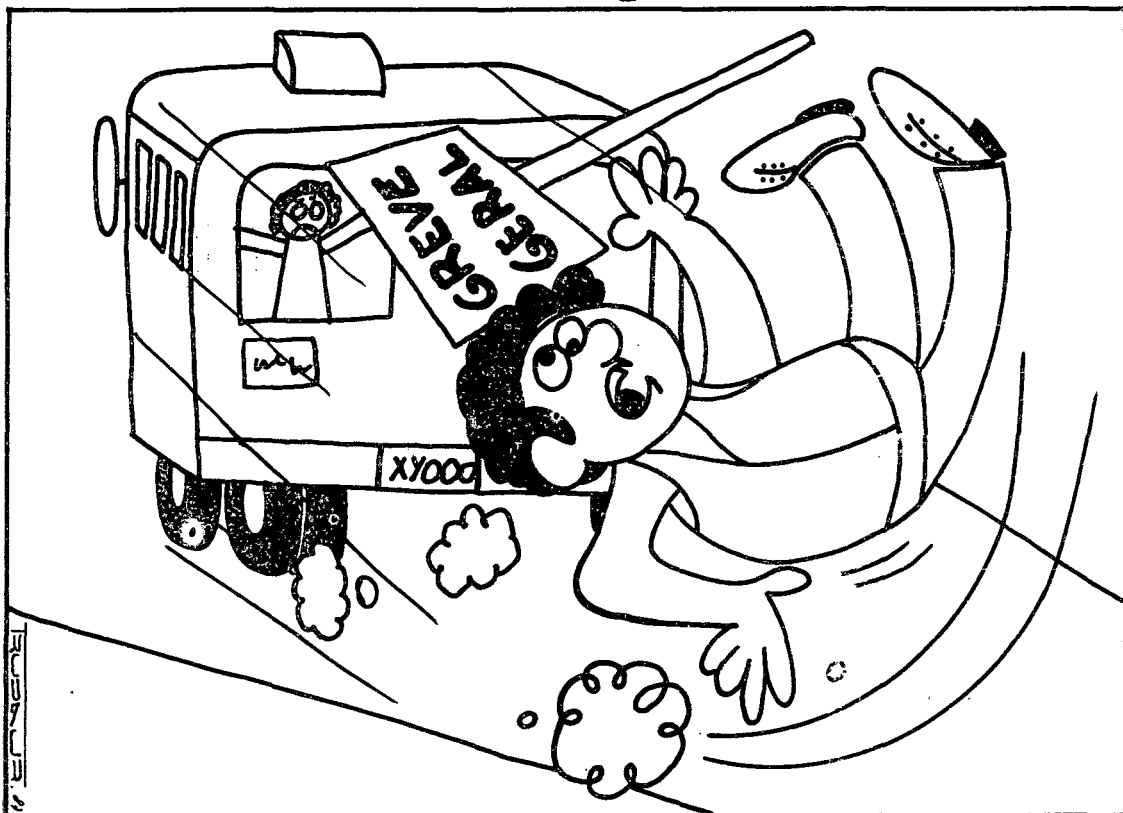
KARDEX (X)
MC ()
PP ()
DOC. GERAL ()

Aconteceu nº 422 - Agosto/1987

Aconteceu

Leia nesse número:

Greve Geral: O que aconteceu pág. 10



Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil analisa a conjuntura

(Ver pág. 3)

Mineração nas terras indígenas

(Ver pág.17)

Aconteceu

nº 422 - Agosto/1987

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Groff Borges
Neice Esterci
Sérgio Ali
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 190,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar das Cartas do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias selecionadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

**CONSELHO NACIONAL
DE IGREJAS CRISTAS DO BRASIL
CONIC**

**APELO
POR UM COMPROMISSO COLETIVO
PELA DEMOCRACIA**

**"Ah! Se conhecesses também tu, ainda hoje, o
que serve para a paz. Mas isto agora está oculto
aos teus olhos."**

Palavra de Jesus em São Lucas 19.42

A situação nacional é de extrema gravidade. Ao se pronunciarem, as Igrejas o fazem movidas pelo compromisso com Jesus Cristo, seu evangelho e a vida que veio salvar. Devem seu alerta e seu apelo aos governantes e à Nação, sempre a serviço do que serve para a paz. O amor não pode conformar-se com a injustiça, a fome e o sofrimento, tornando-se culpado diante de Deus e dos homens que assim o fizer. É a partir deste compromisso que as Igrejas se manifestam como segue.

O QUADRO

1. Acumulam-se cada vez mais, para a maioria da população, os efeitos negativos de uma estrutura econômica desequilibrada e perversa. As idas e vindas da inflação, e os próprios remédios com que se pretende enfrentá-la, exacerbam ainda mais as dificuldades e incertezas. O problema do desemprego não se soluciona. O atendimento de necessidades absolutamente básicas continua inacessível a um número crescente de pessoas. Os saques ameaçam as cidades e o campo, e a violência irrompe por toda parte.

2. A indispensável credibilidade da instituição governo está, em praticamente todos os níveis, profundamente abalada. Mesmo quando iniciativas governamentais produzem resultados aparentemente melhores, poucos são os que neles confiam ou acreditam em sua

persistência. Para a maioria da população a imagem que fica é a de incompetência e falta de seriedade. Acusações de corrupção e de mordomias, de privilégios salariais, de lutas por cargos ou por meras gloriolas, de carreirismos, oportunismos e impunidade, levam o cidadão comum a considerar a chamada política como composta quase somente por aproveitadores. Um sentimento de impotência, combinada com perplexidade, faz crescer a desesperança e mesmo a exasperação.

3. Os conflitos sociais só não se generalizam porque o medo ainda tolhe as reações. No campo a luta pela terra aumenta em violência. As tensões políticas e os antagonismos de interesses invadem a Constituinte, augurando impasses e descontentamentos. A própria participação popular na elaboração constitucional, na verdade um grande avanço democratizante, corre o risco de levar a frustrações ainda maiores, se não forem atendidas suas reivindicações.

4. A possibilidade de um retrocesso político ressurgirá ciclicamente, embora ninguém o deseje, porque as lembranças dolorosas e as seqüelas do último período autoritário ainda estão muito vivas.

A PERSPECTIVA

5. Todos sabemos que a tragédia dos países subdesenvolvidos - da qual não escapa o Brasil, país que, no mundo, mantém o 1º lugar no que respeita à concentração da renda - é o extremo atraso acumulado no atendimento das necessidades sociais. Nem é preciso insistir em dados numéricos, embora muitos continuem adormecidos na ilusão do Brasil-potência e na inconsciência generalizada do que vai pelos subterrâneos da sociedade brasileira. Um plano recentemente apresentado ao Presidente da República, visando erradicar a miséria e diminuir a pobreza em nosso país, faz aparecer a verdade objetiva: mesmo com um longo e continuado esforço, no ano 2.000, alcançaríamos, para o conjunto da população brasileira, somente os atuais níveis de vida dos países hoje mais pobres da Europa.

6. Sabemos, também, que esse atraso acumulado torna impossível, em países como o nosso, a alternância entre governos mais socializantes e mais conservadores, que caracteriza a vida política dos países capitalistas ricos. Entre nós se alternam aberturas semi-democráticas e regimes fortemente repressivos, para que o poder nunca saia das mãos dos privilegiados.

7. Ora, no círculo vicioso que então se instala, as perspectivas se tornam dramáticas. Como o capitalismo só deixa de ser selvagem quando funcionam os mecanismos de defesa da democracia, a cada retrocesso se concentra mais a renda e se aprofundam a impunidade e a corrupção, ao mesmo tempo em que aumenta a violência da repressão sobre aqueles que pretenderem defender uma população sempre mais explorada. E a cada abertura democrática, que o ciclo de fechamento termina por exigir, crescentes avalanches de reivindicações sociais, de resposta praticamente impossível, sufocam os governantes, criando espaços para oportunismos populistas incossequentes. Tais ciclos, com o agravamento dos problemas, tendem a se tornar cada vez mais curtos, levando inexoravelmente os que lutam por mudanças estruturais à descrença nas vias pacíficas de solução dos problemas.

8. Um retrocesso político, agora, pode ser, portanto, um passo fatal nesse caminho. As condições estarão dadas para que convulsões sociais incontroláveis comecem a se combinar com a sedução da luta armada pelo poder. Pouco a pouco poderemos ser empurrados para uma guerra civil interminável - como já vem ocorrendo em cada vez mais países do Terceiro Mundo e mesmo da América Latina - com a ajuda dos que se enriquecem no comércio

cio de armas e com o beneplácito dos países que as fabricam, cujas populações se tornam assim beneficiárias inconscientes da desgraça dos países pobres. Nessa perspectiva, de forte probabilidade no Brasil, pela sua dimensão e importância geo-política, o legado que deixaremos para as gerações que nos seguirem será o risco da transformação de nossa terra em mais um braseiro humano do mundo subdesenvolvido.

9. É portanto imperativo que lutemos com todas as nossas forças para assegurar a continuidade do processo de democratização, reencontrando os caminhos da confiança e da esperança.

O QUE FAZER

10. Os problemas a resolver para evitar um retrocesso são difíceis. O governo já não pode pretender resolvê-los sozinho. Não temos outra alternativa senão a busca de soluções que engajem o conjunto da sociedade brasileira. A esse engajamento coletivo devem ser chamados de forma especial os que detém a concentração da terra e do capital, para que se disponham, numa atitude fraterna e solidária, a partilhar com os outros os recursos que possuem. Aos dirigentes políticos cabe especial responsabilidade, pelo exemplo que deveriam oferecer à sociedade. Deles se exige um testemunho de real desprendimento, deixando de lado interesses pessoais ou partidários.

11. Alguns sinais positivos estão sendo emitidos pela sociedade. No nível dos dirigentes se multiplicam os apelos e propostas de ação comum envolvendo partidos e entidades. No nível da população a adesão às propostas de Emendas Populares à Constituição revela que, apesar das decepções, há enormes energias que sustentam ainda a esperança de uma transformação. Trata-se agora de valorizar esses sinais, acreditar nas reservas morais de nosso povo e assumir com lealdade os compromissos necessários.

12. Torna-se imprescindível que uma liderança coletiva com credibilidade emergja em nosso país. Essa liderança coletiva tem que ser assumida não só pelo governo mas pelos sindicatos, associações profissionais, Igrejas e demais entidades nacionais que merecem a confiança popular, e pelos partidos que se comprometem com as exigências urgentes da justiça social. Só uma liderança desse tipo poderá redirecionar a dinâmica social, econômica e política do país.

13. As soluções a serem buscadas tem que levar em conta as atuais contingências objetivas e as variáveis externas que não dependem unicamente de nós. Mas não podem se basear somente em raciocínios técnicos frios, que ignorem a sorte dos milhões de brasileiros atualmente excluídos dos resultados do trabalho da Nação. As verdadeiras soluções deverão respeitar a dimensão ética que é inerente à dignidade da pessoa humana.

14. O engajamento coletivo que urge obter não caberia num único pacto. Ele exige entendimentos múltiplos, em diferentes setores e prazos, que não se restrinjam aos momentos de crise aguda, e que logo em seguida repercutam na ação concreta dos que os assumam.

15. Precisamos dar todo o apoio à Constituinte e, ao mesmo tempo, enfrentar problemas urgentes como a recessão, a inflação, o emprego, o salário, a saúde, a moradia e a alimentação do povo brasileiro. Neste sentido, não é de nossa competência específica propor medidas técnicas concretas. Mas nos consideramos no dever de destacar e valorizar soluções que já vem sendo sugeridas, a partir das exigências do bom senso face aos desafios da realidade, e que poderiam ser resumidas nas questões que se seguem.

16. De imediato:

I - Como formular um pacto político entre os partidos, que estabeleça as normas a serem adotadas na nova Constituição, abrindo caminho às mudanças que o país necessita? Acreditamos que essas normas terão que atender às justas aspirações que nosso povo não se cansa de expressar. Para isso, deverão incluir necessariamente:

- instrumentos de realização da Reforma Agrária;
- real possibilidade de participação direta da população no aperfeiçoamento constitucional e nas decisões de interesse coletivo;
- garantia de submissão das questões fundamentais mais controvertidas da Constituição a um referendo popular;
- supressão do regime de exceção ainda mantido pela Lei de Segurança Nacional que submete os civis à Justiça Militar, quando acusados de crimes políticos;
- definição de um calendário de eleições, para que o povo exerça sua soberania e legitime o poder, em todos os seus níveis, logo após a promulgação da nova Constituição, nos termos por ela estabelecidos.

II - Como posicionar-se, face à Dívida Externa, de um modo mais corajoso, que retire o peso que dela recai sobre os mais pobres? Como comprometer a coletividade nacional no enfrentamento solidário das retaliações que, eventualmente, venham a fazer, por insensatez, os banqueiros internacionais e os governos dos países ricos? Eiticamente é questionável a própria validade de parcelas importantes da dívida, que foram originadas por mecanismos econômicos perversos há muito denunciados. Mas sem precisar chegar até lá, não seria justo exigir, a partir dos mesmos princípios éticos, a renegociação do pagamento da dívida com base em seu real valor de mercado?

III - Como enfrentar as questões da Dívida Interna, do deficit público e da produtividade e custo social das empresas estatais com igual coragem, criando, para as atividades governamentais, novas formas de financiamento a longo prazo, submetidas às mesmas exigências éticas.

IV - Com vistas simultaneamente à questão da moradia e ao aumento da oferta de emprego, como implementar imediatamente um Plano Emergencial de construção de habitações populares? Não poderá um Plano desse tipo se basear num Fundo Extraordinário, constituído pelo repasse solidário de recursos dos que hoje usufruem da concentração da renda brasileira, que resgatarão assim uma parte da dívida social que até hoje contrairam?

V - Como concretizar um pacto entre governo, empresários, trabalhadores e consumidores, para o auto-controle dos preços, com base em levantamentos reais de custos e na ampla divulgação dos termos, critérios e formas de fiscalização desse pacto?

17. A curto prazo:

I - Como realizar de modo pacífico e eficaz um Programa Urgente de Reforma Agrária que tenha dimensões importantes mas limites definidos? Não se poderá implantar inicialmente esse Programa em terras improdutivas localizadas nas zonas do país já ocupadas e servidas pelo menos por infra-estrutura de transporte, estabelecendo-se claramente metas de assentamento de agricultores sem terra?

II - Como priorizar efetivamente o mercado interno? Está nas mãos de todos nós a decisão de formular e implementar um novo modelo de desenvolvimento nacional que:

- estabeleça prioridades de investimento para a produção de bens e serviços de consumo popular, e dos bens de capital necessários a essa produção;
- determine uma mudança na política agrícola, dando apoio ao pequeno e médio

agricultor e estimulando a produção de alimentos para a população brasileira;

- implante o programa de pesquisa e assistência técnica para o aproveitamento e a difusão de tecnologias de uso intensivo de mão de obra, e para o desenvolvimento da pequena e média empresa;

- defina uma política salarial voltada para o aumento real e urgente da capacidade aquisitiva da população de baixa renda.

18. Estamos conscientes de que se trata de desafios que apresentam dificuldades. Mas contamos com a capacidade de sacrifício e dedicação que se exige hoje para superar os graves conflitos e para assegurar a construção de uma sociedade justa e fraterna em nosso país. É por isso que este apelo deve nos levar a assumir um compromisso que possa romper preconceitos e vencer o individualismo e a insensibilidade. Aqueles que o subscrevem e o apresentam à Nação brasileira colocam sua confiança em Deus e sabem que podem contar, num momento tão grave de nossa história, com a solidariedade humana e cristã de todos os comprometidos com o que serve para a Paz.

Brasília, DF, 07 de agosto de 1987

Constituinte

CABRAL APRESENTA ANTEPROJETO PARA NEGOCIAÇÃO

O esboço do substitutivo do relator da Constituinte, Bernardo Cabral, foi finalmente concluído ontem e deverá entrar hoje em sua fase de "negociação política", segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Após três horas e meia de reunião na residência do presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, Cabral acertou os últimos detalhes do "rascunho" de seu relatório, que incluirá uma fórmula não de todo consensual na questão da reforma agrária, o regime parlamentarista puro com vigência a partir de 120 dias após a promulgação da Constituição e mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A versão do relatório, que será apresentado até quarta-feira ao plenário da Constituinte, será submetida hoje à noite à cúpula do PFL, numa reunião na residência do senador Marco Maciel. "Vamos continuar conversando e nos reunindo até o último momento

do prazo", anunciou Ulysses, que foi o porta-voz da reunião de trabalho, onde estiveram presentes, além de Cabral, o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ), os deputados Nelson Cardoso (PMDB-SP) e o jurista Miguel Reale Jr.. Os pontos polêmicos serão abordados da seguinte maneira no relatório Cabral:

Sistema de Governo - No substitutivo de Cabral, constará o regime parlamentarista puro, onde o presidente, eleito pelo voto direto, será o chefe de estado, e o primeiro-ministro o chefe de governo.

Segurança Nacional - A decretação de estados de sítio e de defesa deverá passar obrigatoriamente pelo Congresso Nacional.

Reforma Agrária - A propriedade rural deverá cumprir uma função social e a reforma agrária não atingirá os pequenos e médios proprietários. O limite de proprieda

de será definido por lei ordinária. A imissão na posse deverá ser requerida pelo Incra. A Justiça terá um prazo de noventa dias para deferir ou indeferir o pedido. Caso deferido, o proprietário poderá apelar a instâncias superiores. No entanto, se vier a ganhar na Justiça, não terá direito à devolução da terra, mas apenas a receber em dinheiro a indenização. As benfeitorias da terra desapropriada serão pagas em dinheiro. As terras, em títulos da dívida agrária, resgatáveis em vinte anos.

Organização sindical - Será permitida a organização de mais de um sindicato por categoria, mas apenas um representará oficialmente os trabalhadores. De acordo com pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, o projeto permite que as confederações recebam contribuição sindical.

Estabilidade no emprego - Em discussão até a tarde de ontem. É certo que será ainda mais amenizada. Em vez de Estabilidade, constará a garantia de emprego e a proibição da demissão imotivada. (JB - 24/8/87)

ORGANIZAÇÃO SINDICAL SERÁ MOTIVO DE MUITA DISCUSSÃO

A exemplo do que ocorre com o sistema de governo, o modelo de organização sindical que vai vigorar no país a partir da promulgação da nova Constituição ainda é uma incógnita. Apesar do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, prever a total liberdade de organização dos trabalhadores, o que daria margem à instituição do pluralismo sindical no país, a questão só deverá ser definida no plenário do Congresso constituinte. "Em função da divisão das forças de esquerda, a discussão do modelo de organização sindical será ampla e o resultado é imprevisível", avalia o deputado Pau

lo Paim (PT-SP), vice-presidente da CUT. O raciocínio do diretor de Relações Internacionais da CGT e presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, segue na mesma linha: "Ninguém sabe o que vai acontecer". A "divisão das forças de esquerda", alegada por Paim, resume-se na divergência existente entre a CUT e CGT sobre a forma de organização dos sindicatos no país. Uma divergência sutil, mas que até agora vem impedindo uma conciliação de posições. A CGT afirma defender a autonomia e liberdade de organização, mas com uma restrição: cada categoria profissional em determinada base territorial será representada por apenas um sindicato, como ocorre hoje, ou seja, a unicidade sindical explícita na Constituição. A CUT, por sua vez, diz apoiar a liberdade e autonomia sindical, sem qualquer tipo de limitação. Também é favorável à unicidade sindical, mas considera que ela deve ser obtida na prática e não imposta por lei. O texto apresentado por Cabral determina que a associação profissional ou sindical "é livre", mas as "condições para o seu registro perante o poder público e para a sua representação nas convenções coletivas de trabalho serão definidas em lei". Os sindicatos, segundo a proposta, não precisarão de autorização do Estado para se constituírem e o poder público não poderá exercer sobre eles qualquer interferência. Caso exista mais de um sindicato numa mesma categoria, somente um deles poderá representá-la perante o Poder Público. A proposta de Cabral estabelece o fim da contribuição sindical compulsória, o que permitirá, na avaliação dos parlamentares, o fim de tutela do Estado sobre os sindicatos. Cada categoria profissional definirá em assembléia não apenas o tipo de contribuição a ser dada ao sindicato, mas sua forma, valor e periodicidade. Ao instituir a total liberdade de organização, Cabral tomou por base o texto final aprovado na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, cujo relator foi o senador José Pau

lo Bisol (PMDB-RS) e não aquele oriundo da Comissão da Ordem Social, elaborado pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA). O texto aprovado na Ordem Social prevê a unicidade sindical. Cabral, entretanto, optou pela liberdade total de organização influenciado fortemente pelo relator-adjunto da Comissão de Sistematização, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). (FSP - 22/8/87)

CNBB ESCOLHE 4 BISPOS PARA DEFENDER PROPOSTAS

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNGG) já definiu os nomes dos quatro bispos que defenderão, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, as propostas sobre educação, ordem econômica, liberdade religiosa e família que a entidade entregou ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), em 29 de julho último, com um total de 1.761.519 assinaturas de eleitores. Os defensores das propostas utilizarão, em data ainda indefinida, os vinte minutos regimentais para seus discursos. A proposta da CNBB sobre educação - subscrita por 749.856 eleitores - será defendida por d. Cândido Padin, bispo de Bauru (SP), coordenador da Comissão de Acompanhamento ao Congresso Constituinte da CNBB. O defensor da proposta sobre estabilidade familiar (que enfatiza o "direito à vida", desde a fase intra-uterina até à morte, e que recebeu as assinaturas de 515.220 eleitores) será d. Benedito Uíhoa Vieira, arcebispo de Uberaba. A proposta sobre ordem econômica - apresentada com 283.381 assinaturas - será defendida pelo bispo de Afogados de Ingazeira (PE), d. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, ex-coordenador da Pastoral Rural no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A ênfase da proposta é a prevalência do trabalho sobre o capital. Já a proposta sobre liberdade religiosa - que obteve 212.462 assi-

naturas - será defendida por d. Antônio Celso Queiroz, bispo-auxiliar de São Paulo e secretário-geral da CNBB. Nessa emenda, a Igreja propõe que o Estado garanta a liberdade de culto no país. (FSP - 24/8/87)

PROPOSTAS DE EMENDA POPULAR CHEGAM A 91

Até as 19h30 de ontem, haviam chegado ao Congresso constituinte 91 propostas de emenda popular ao projeto de nova Constituição, com um total de doze milhões de assinaturas. As emendas - cujo prazo de apresentação terminou às 24h - propõem desde a realização de um plebiscito para a volta do regime monárquico até a criação do Estado de São Francisco. Um grupo de mais de trezentas emendas paralisou o Congresso, no início da tarde, ao entregar ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, uma proposta de emenda popular - com 66 mil assinaturas - em defesa dos direitos da criança. Mas a emenda que movimentou maior número de constituintes foi a que o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, entregou a Ulysses Guimarães, propondo eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1988 e que teve 96.863 assinaturas. Durante a entrega, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) puxava um coro de "um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil" e "Sarney até 90 o povo não aguenta". Covas fez um discurso elogiando Ulysses e lamentando que ele não fosse um dos signatários da emenda. Mas disse que a emenda era uma homenagem a Ulysses, "que simboliza a própria essência deste movimento". O senador, criticando o presidente Sarney, afirmou que "mandato presidencial não é mercadoria, capaz de receber desconto" e que a "única lógica para cinco anos de mandato é ser a média aritmética entre quatro e seis anos". (FSP - 23/8/87)

Greve Geral

CUT E CGT MANTÊM DECISÃO DE PARAR

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) afastaram a possibilidade de cancelamento da greve geral marcada para amanhã. Em reunião de quase duas horas ontem à tarde em Brasília, onde foi feita uma avaliação da mobilização dos trabalhadores em termos nacionais, os dirigentes das duas centrais reafirmaram sua disposição de tentar paralisar o país. "Na nossa avaliação, a greve de quinta-feira será superior à de 12 de dezembro nas capitais brasileiras", afirmou o secretário de Relações Internacionais da CUT, Jacó Bittar, que representou a entidade no encontro. Mesmo sem um levantamento completo da situação das categorias profissionais em todos os Estados, Bittar diz que o movimento já é um "sucesso", na medida em que "a classe trabalhadora está se organizando para lutar contra a política econômica do governo". O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, avaliou que existem "dificuldades" de mobilização dos trabalhadores em três Estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Particularmente, na cidade de São Paulo. Ele diz acreditar, porém, que o quadro poderá ser revertido ainda hoje com uma mobilização intensa. (FSP - 19/8/87)

PT CRITICA MÁ ARTICULAÇÃO DE CENTRAIS

Envolvido na preparação da greve geral marcada para 20 de agosto, quinta-feira, o PT tem críticas às centrais sindicais, pelo que considera a "má articulação" do movimento, revelou o 1º Secretário do Partido, Paulo Delgado. Na tribuna, fez um

discurso veemente em defesa da paralisação e foi aplaudido pelos parlamentares. "Trabalhamos para que a greve dê certo, mas sabemos que corremos um risco, como partido", resumiu o deputado, que também é vice-presidente da União dos Trabalhadores do ensino, em Minas Gerais. Delgado foi o único dos parlamentares sindicalistas do PT a continuar em Brasília, onde está representando o partido na tribuna. Os deputados Luís Inácio Lula da Silva e Luís Gushiken, de São Paulo, Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, e Vitor Buaiz, do Espírito Santo, estão nos seus estados de origem, participando da mobilização para a greve. Delgado, que vai a Minas Gerais amanhã, lamenta, porém, que as lideranças sindicais tenham modificado por três vezes a data da paralisação geral, e, na véspera, ainda tenham marcada uma reunião para "ultimar os preparativos". Está marcada para hoje uma reunião das lideranças, em Brasília, para ultimar os preparativos da greve. Mas não há tempo nem de imprimir uma nota para distribuir na véspera - criticou. Fazendo questão de diferenciar a CUT, apoiada por seu partido, do PT - "que tem funções diferentes" - Delgado diz que o partido não tem direito de se colocar contra a greve, mas verifica insuficiências em sua organização. "Estamos como o motorista de uma carreta, ladeira abaixo; não dá para olhar para trás e testar se a carga continua lá", comentou, ao avaliar o papel das lideranças sindicais na preparação da greve. Para ele, a CGT é uma das principais causas da má preparação da greve, "porque a adesão daquela central foi só retórica, por medo de que a greve desse certo". (JB - 18/8/87)

RODOVIÁRIOS FLUMINENSES ESTÃO DESMOBILIZADOS

Se depender da paralisação dos ônibus urbanos, a greve geral do dia 20, no Rio, está condenada ao fracasso. A desmobilização da categoria é total e desta vez é o próprio sindicato que admite isto. Numa pesquisa realizada no ponto final de várias linhas e em terminais de grande movimento como Central, Rodoviária, Largo de São Francisco e Praça XV, a grande maioria de rodoviários não demonstrou intenção de aderir ao movimento. A causa mais citada é o temor de perder o emprego. Além disso, motoristas e cobradores têm outra alegação: ainda esta semana, numa conquista que consideraram significativa, as empresas privadas que se recusavam a pagar o último gatilho salarial acabaram recuando, quitando a dívida com os trabalhadores, o que aumentou a desmobilização. (JB - 18/8/87)

METROVIÁRIOS DE SP NÃO VÃO ADERIR

Grande parte dos 107 mil trabalhadores ligados a transportadoras e empresas públicas e privadas de ônibus urbanos e intermunicipais não deverá parar no dia 20. Esta é a opinião do presidente do Sindicato dos Condutores de São Paulo, João Alves do Nascimento. A assembleia convocada ontem pelo sindicato, à qual não compareceram mais de quarenta pessoas, dentre os 25 mil filiados, foi uma prova disso. Nos metroviários, a assembleia, que contou com a participação de 150 dos 6.500 metroviários de São Paulo (5.800 dos quais filiados ao sindicato), decidiu pela não participação da categoria na greve geral marcada para amanhã. Os trabalhadores aprovaram o encaminhamento de um pedido às centrais sindicais para que adiem a greve, a fim de que seja possível fazer uma mobilização mais efetiva. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo também decidiu, em assembleia que contou

com a participação de duzentos profissionais, não participar da greve. Em Belo Horizonte (MG), o comando da greve geral, formado por dirigentes da CUT e CGT, ainda não dispõe de dados sobre a possível extensão do movimento, porque a maioria das categorias profissionais marcou para hoje as assembleias para decidir sua adesão. Até ontem, apenas os marceneiros e os metalúrgicos se manifestaram sobre a greve, apoiando-a. (FSP - 19/8/87)

METALÚRGICOS DE OSASCO NÃO DEVEM PARTICIPAR DA GREVE

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, na região oeste da Grande São Paulo, não deverá aderir à greve geral que as centrais sindicais estão convocando para o próximo dia 20. A informação foi dada na manhã de ontem pelo vice-presidente da entidade, Antônio Toschi, após participar de uma reunião com representantes de outros 37 sindicatos da categoria, na Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (rua Pará, bairro de Higienópolis). Toschi disse que a posição de seu sindicato está baseada no resultado preliminar de uma pesquisa realizada junto aos trabalhadores das grandes empresas de Osasco, apontando 70% de opiniões contrárias à greve e apenas 30% favoráveis. Nas empresas pequenas e médias, a maioria dos trabalhadores está se manifestando pela greve, mas o sindicalista considerou uma "aventura" a entidade forçar a participação da categoria no movimento. De postura independente em relação às centrais sindicais, o sindicato de Osasco é um dos mais importantes da categoria metalúrgica do Estado, representando atualmente 43 mil trabalhadores, dos quais 27 mil sindicalizados. Toschi apontou o medo de perder o emprego como principal motivo da pouca aceitação da proposta de greve entre os trabalhadores de sua base. (FSP - 14/8/87)

METALÚRGICOS DE SP NÃO PARTICIPARAM DA GREVE

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, que representa cerca de 370 mil trabalhadores, não participará da greve convocada para amanhã pela CUT e pela CGT. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da entidade, Luiz Antonio de Medeiros, em entrevista coletiva à imprensa. Na sua avaliação, o movimento será um fracasso. "A greve está muito mal preparada e os trabalhadores não estão mobilizados para isso", disse Medeiros, às 16h, na sede do sindicato. O sindicalista informou que a falta de disposição dos metalúrgicos para a greve foi constatada nos últimos dez dias em aproximadamente seiscentas assembleias realizadas nas empresas com maiores contingentes de empregados, além de reuniões setoriais. Uma dessas assembleias foi realizada ontem às 6h nas Indústrias Villares, na zona sul. "Eram quase dois mil trabalhadores e, nós contamos, apenas nove votaram pela greve", disse Medeiros, que dirigiu a assembleia defendendo a não participação no movimento. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos advertiu que, ao insistirem na greve sem a correspondente mobilização, as centrais CUT e CGT levarão o movimento sindical a uma desmoralização. (FSP - 19/8/87)

FRACASSO DA GREVE PROVOCA DISPUTA NA CGT

O fracasso da greve geral convocada para a última quinta-feira fez intensificar-se a disputa pelo poder no interior da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). O secretário de Relações Internacionais da entidade, Antonio Rogério Magri, está entrando em luta aberta com o presidente Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, para impor um modelo de atuação à central, inspirado na linha do sindicalismo norte-americano. O grande momento dessa disputa ocorrerá em setembro, quando haverá a reunião da direção nacional da CGT,

para discutir os resultados da greve geral. Magri que, juntamente com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio de Medeiros, posicionou-se contra a greve, apresentará uma fatura alta: a saída do Partido Comunista do Brasil (PC do B) da central sindical, dentro da proposta de "despartidarizá-la" e torná-la "uma entidade classista, volta da fundamentalmente para os interesses dos trabalhadores". O questionamento à postura sindicalista do PC do B surgiu nas recentes eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quando eles participaram de uma chapa de oposição a Luis Antônio de Medeiros, aliado de Magri. E aprofundou-se na última greve geral, quando a corrente do PC do B incentivou a participação da CGT no movimento, contra a vontade de Magri e Medeiros, levando Joaquinzão à aproximação com a CUT. Fracassada a greve, Magri sente-se à vontade para levar avante seu projeto de mudar a atuação da CGT, para enfrentar o que ele entende ser o "sindicalismo revolucionário" da CUT. (FSP - 24/8/87)

MAGRI DEFENDE VINCULAÇÃO A ENTIDADE INTERNACIONAL

A disputa que se trava no interior da CGT reacende o debate sobre a conveniência ou não de uma filiação da entidade a uma das três centrais sindicais de âmbito mundial. Magri defende abertamente que a CGT se vincule à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), central de tendência social-democrata com sede em Bruxelas (Bélgica), que também abriga a norte-americana AFL-CIO (American Federation of Labor - Congress of Industrial Organization). "Naturalmente o lugar da CGT é na CIOSL e não FSM, por exemplo", argumenta Magri, referindo-se à Federação Sindical Mundial - central de orientação comunista, sediada em Praga (Checoslováquia). A CIOSL e a FSM são as grandes rivais no cenário sindical internacional, num quadro em que

também disputa espaços a Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT), de tendência democrata-cristã, sediada em Bruxelas. A vinculação da CGT à CIOSL, segundo a assessoria do presidente da CGT, daria a Magri condições de estreitar relações com a AFL-CIO e ampliar a ajuda financeira que recebe da central norte-americana, através do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), entidade que ele dirige e que atua na área da formação sindical. As versões que circulam no movimento sindical falam em altas cifras sobre a ajuda que Magri recebe do sindicalismo norte-americano. Elas são alimentadas em parte por um relatório da National Endowment for Democracy, fundação criada pelo governo Reagan, informando sobre a destinação de US\$ 935.450 a entidades sindicais brasileiras entre abril de 1984 e abril de 1985. As verbas seriam repassadas pelo Free Trade Union Institute, ligado à AFL-CIO. Magri nega receber tanto dinheiro, afirmando que a ajuda que chega ao ICT não passa atualmente de US\$ 6 mil dólares por mês e, na fase de fluxo mais intenso, em 1984, ficou em US\$ 10 mil mensais. (FSP - 21/8/87)

CUT BUSCA NOVAS FORMAS DE CONSULTA NOS SINDICATOS

Embora sem o embate ideológico e a disputa acirrada pelo poder que marcam as discussões na CGT, o fracasso da greve geral também está provocando um intenso questionamento entre os sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores. "Evidentemente, daqui para a frente deve haver uma consulta maior às bases para o esquentamento de uma proposta de greve geral", afirma o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Aduino Bentivegna. Na CUT, a avaliação da greve será feita amanhã e depois em reunião da sua executiva nacional, sob o eco de críticas influentes, como as que foram feitas pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, para quem é uma demonstra-

ção de sabedoria do dirigente sindical reconhecer quando não há condições de fazer uma greve e recuar, se for o caso. O presidente da CUT-SP, Jorge Coelho, entende que o movimento sindical deve ampliar seus fóruns de decisão de uma greve geral, enquanto o presidente do Sindicato dos Metroviários, Paulo Azevedo, afirma que o próprio conceito de greve geral deve ser mais discutido. (FSP - 24/8/87)

A GREVE NOS ESTADOS

A greve de ontem foi praticamente ignorada pelos trabalhadores da maioria das cidades brasileiras. Serviços públicos, transportes, comércio, indústrias e bancos funcionaram normalmente em quase todas as capitais do país, com paralisações parciais naquelas em que os transportes aderiram em maiores índices.

São Paulo - O comparecimento ao trabalho foi praticamente normal, à exceção da região do ABC e de Campinas. Em São Paulo, a greve praticamente não existiu, conforme avaliação unânime dos trabalhadores e dos empresários. Também em Santos o dia foi normal nos diversos setores, inclusive no porto. No ABC, as indústrias calcularam uma paralisação de 20%, metade do número calculado pelos representantes sindicais. Os bancos trabalharam normalmente e o movimento do comércio caiu 40%. Em São Bernardo, a maioria das lojas fechou as portas, e as empresas de ônibus da região operaram com a metade da frota. Em Campinas, os professores da Universidade Estadual (Unicamp) aderiram à paralisação, bem como pequena parte dos trabalhadores do sistema de transportes coletivos.

Rio de Janeiro - Os transportes pararam parcialmente, com o Metrô parado, as barcas voltando a circular às 8h e os trens às 12h. Os ônibus circularam normalmente. O comércio fechou em parte nas zonas oeste e norte. Petrópolis, Nova Iguaçu e

Volta Redonda. Mas na indústria houve adesão em torno de 10%, segundo os empresários (o comando de greve não forneceu a avaliação). Pelo balanço do Sindicato dos Bancos, 99% dos bancários trabalharam.

Brasília - Cerca de 70% dos ônibus pararam, mas bancos, comércio, indústria e funcionalismo federal funcionaram normalmente. A maior adesão ocorreu nos setores de saúde e educação. No final da tarde, com ajuda do Corpo de Bombeiros, o sistema de transportes coletivos estava praticamente normalizado.

Rio Grande do Sul - Paralisação parcial - reforçada de manhã pela parada dos trens metropolitanos e ônibus -, atingindo 10% dos trabalhadores segundo os empresários e 70% segundo o comando de greve. Em Porto Alegre o comércio abriu mais tarde. O trem metropolitano voltou a funcionar ao meio-dia e, à tarde, os ônibus voltaram a trafegar parcialmente.

Minas Gerais - Algumas empresas pararam parcialmente, mas os empresários consideraram a adesão desprezível. Em Belo Horizonte, cerca de 1.600 funcionários dos postos de saúde do Inamps aderiram e na rede estadual de ensino, segundo o comando de greve, a paralisação foi de 40%, número não confirmado pela Secretaria de Educação.

Paraná - Adesões parciais em Curitiba, principalmente de motoristas e cobradores do Sistema de Transportes coletivos (20% segundo a Prefeitura e 60% de acordo com o sindicato) e da construção civil (50% segundo o comando de greve). À tarde, o funcionamento dos transportes coletivos se normalizou. Houve paralisações em alguns órgãos públicos (Cerpro, Celepar e Dataprev) e em algumas empresas, como a Bosch. À tarde um ato público reuniu cerca de 2 mil pessoas no centro de Curitiba.

Paraíba - Em João Pessoa, não funcionaram transportes coletivos, comércios, bancos, escolas e construção civil. Repartições públicas federais, estaduais e municipais funcionaram parcialmente. Segundo a Polícia Militar, a adesão foi quase total em João Pessoa. De acordo com o Centro das Indústrias, a paralisação foi de 5% na capital e inexistente no interior, mas para o comando de greve, 90% pararam na capital e 60% no interior.

Pernambuco - A paralisação foi parcial em todo o Estado, com maior número entre professores (90%) e profissionais do setor de saúde. Segundo a CUT, pararam parcialmente metalúrgicos, empregados da construção civil e do pólo industrial da Grande Recife. No interior, os maiores índices ocorreram em Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Palmares, Goiana, Pesqueira e Camarajibe, com escolas e comércio fechados. As diretorias da CUT e da CGT ficaram divididas e um ato público à tarde, em Recife, reuniu cerca de 3 mil trabalhadores apenas de sindicatos ligados à CUT.

Bahia - Nenhuma escola funcionou em Salvador e os hospitais públicos só atenderam casos de emergência. Também no interior a paralisação foi parcial. A PM estimou que 30% dos trabalhadores pararam na capital, mas para o comando de greve, a estimativa foi de 50%.

Maranhão - Segundo Bartolomeu Cavalcanti, integrante do comando de greve, pararam em São Luís todos os motoristas de ônibus, professores e funcionários da Companhia de Águas e Esgotos e das Centrais Elétricas do Maranhão, 90% dos comerciantes, 80% dos trabalhadores da construção civil e 60% dos bancários. A PM informou que não dispunha dos números de funcionários e categorias paralisadas. Nas repartições estaduais e municipais foi ponto

facultativo.

Espírito Santo - Comércio, bancos, indústrias e transportes coletivos de Vitória trabalharam normalmente. O Hospital das Clínicas só atendeu casos de emergência. Houve paralisação parcial de ferroviários e eletricitários e, segundo o comando de greve, total entre os professores da Universidade Federal. No interior o trabalho foi normal.

Ceará - Segundo o delegado geral da Secretaria de Segurança Pública, Jaime de Paula Pessoa, apenas 10% dos trabalhadores da indústria, comércio e bancos aderiram à greve. O Inamps e o Banco do Estado pararam parcialmente e a Prefeitura de Fortaleza deu ponto facultativo.

Mato Grosso - O comando de greve avaliou em 90% a paralisação em Cuiabá. Os transportes coletivos pararam e parte do comércio e dos bancos funcionou. O governo do Estado não informou números de trabalhadores e categorias paradas.

Pará - Pela avaliação da PM, 3 mil trabalhadores aderiram à greve em Belém, mas de acordo com o comando de greve, esse número chegou a 10 mil. Os setores com maiores índices foram previdenciários, funcionários da Universidade Federal e professores do Estado (100%), construção civil (90%) e metalúrgicos (40%), segundo a CGT.

Alagoas - A paralisação foi parcial em Maceió, recebendo adesões de cerca de 60% dos trabalhadores de bancos, comércio e funcionalismo público, segundo o comando de greve.

Goiás - A Secretaria de Segurança Pública avaliou a paralisação em 15% dos trabalhadores de Goiânia e insignificante no interior. Até o início da noite, o comando de greve não tinha números sobre a adesão ao movimento.

Rondônia - Com exceção dos 8 mil professores, em greve há dois meses, nenhuma outra categoria aderiu à paralisação em Porto Velho e no interior.

Acre - Os noventa ônibus de Rio Branco não circularam e 80% dos funcionários públicos não compareceram ao trabalho. Somente a metade do comércio da capital funcionou.

Piauí - A paralisação foi maior no transporte coletivo e na construção civil. Segundo a Secretaria de Segurança, a adesão ficou entre 30 e 40% em Teresina. Para o comando de greve, 80% dos trabalhadores pararam na capital.

Roraima - Bancos, órgãos públicos e empresas de transporte coletivo trabalharam normalmente ontem em Boa Vista. Apenas entre professores de duas das trinta escolas da capital houve adesões.

Rio Grande do Norte - Segundo o comando de greve, cerca de 20 mil trabalhadores aderiram. A maior paralisação foi em Natal, apoiada pelos transportes coletivos, eletricitários, trabalhadores da indústria e da construção civil, além de professores estaduais. Até o início da noite, o governo não havia avaliado o movimento. (FSP - 21/8/87)

MALOGRA A GREVE DA CUT E DA CGT

A greve geral convocada para ontem pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) contou com uma adesão mínima em todo o país. O fracasso da greve vinha sendo previsto por diversas lideranças sindicais, que, uma a uma, retiraram seu apoio ao longo das últimas semanas. O motivo anunciado era o de que o movimento não contava com sustentação na base sindical, tendo sido promovido como resultado de articulações de cúpula. Essa foi a posição

assumida por líderes como Luís Antônio de Medeiros, dos Metalúrgicos de São Paulo, Antônio Rogério Magri, dos Eletricitários de São Paulo, Paulo Azevedo, dos Metroviários. Os efeitos da greve fracassada começaram a se fazer sentir mesmo antes do dia 20, com crescentes questionamentos à condução do movimento por parte do presidente da CUT, Jair Meneguelli (a CUT, de acordo com as avaliações mais freqüentes, co-liderou a greve apenas para não perder terreno político frente à rival). Um sinal de que o movimento sindical poderá, a partir de agora, dar mostra de modificação em sua prática pode ser identificado nas palavras do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, ao referir-se ao Luís Antônio Medeiros: "Eu acho que o papel de um dirigente é dizer quando não dá para fazer uma greve. Não é demérito nenhum". Em nenhum momento Meneguelli reconheceu o fracasso da greve, dizendo que ela ocorreu em todos os Estados, com exceção de São Paulo e Minas Gerais, mas admitiu que o processo de convocação de greve geral "precisa ser agilizado de uma forma que permita uma discussão ampla". Meneguelli disse que não se sentia criticado pelas declara-

ções de Lula e afirmou que apenas admitiria suspender a greve geral se ela tivesse sido convocada apenas para São Paulo. "A CUT precisa rediscutir alguns canais, algumas formas de decisão interna", pediu o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva, outro crítico do processo que resultou na convocação da greve para ontem.

O presidente da CUT-SP, Jorge Coelho, concordou com Vicentinho: "é preciso rever os processos de deflagração de greve e agilizar os mecanismos de consultas". No entanto, Coelho argumentou que o movimento de ontem foi deflagrado "em caráter de emergência", em resposta ao arrocho salarial que as lideranças sindicais identificaram no Plano Bresser. Num tom evasivo, Joaquinção falou sobre a necessidade de "corrigir distorções, omissões e incertezas" no movimento sindical, mas evitou críticas diretas ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros, por não ter aderido ao movimento. Meneguelli, ao contrário, disse que "felizmente não há um Medeiros em cada Estado". (FSP - 21/8/87)

CONGRESSO DA CUT ISOLA RADICAIS

Sônia Carvalho

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) retoma o seu trilho original. Nos últimos dois dias, em São Bernardo do Campo - onde nasceu em 1983 a sombra do Partido dos Trabalhadores -, a central colocou o dedo nas suas feridas políticas mais profundas, discutiu o tipo de sindicalismo que pretende implantar no país e, sobretudo, conseguiu explicitar e isolar os grupos políticos organizados que estavam levando a entidade ao risco de uma implosão.

Tal reviravolta só foi possível em função

de muita cacetada - e a maior delas representada pela derrota nas eleições para o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo - e de mudança de postura política. Desde o momento em que detectou divergências internas, a CUT tentou camuflá-las, até que elas vieram à tona, com toda virulência, em agosto do ano passado, durante o II Congresso Nacional da entidade.

Naquela ocasião, o chamado grupo dos sindicalistas autênticos - contrários à partidarização da Central e defensores de

uma entidade classista - viu ganhar espaço na direção da entidade grupos organizados como o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), a Causa Operária, setores da Igreja mais à esquerda, entre outros, além da Convergência Socialista, que corre em raia própria. E sentiram na carne o risco iminente de ver a central passar a atuar como partido político.

Nem mesmo a greve geral da próxima quinta-feira recebeu tanta atenção dos 1 mil 336 delegados ao III Congresso Estadual da CUT em São Paulo, realizado neste fim de semana em São Bernardo do Campo. Os representantes dos 74 sindicatos, 12 associações profissionais e 22 oposições sindicais (que teoricamente falam em nome de 1 milhão e 900 mil trabalhadores) estiveram com a atenção centrada em um tópico que até agora nunca havia sido incluído nos encontros da CUT: a concepção e prática sindical.

Nesse campo, os grupos mais radicais saíram fragorosamente derrotados. Não conseguiram passar a posição de transformar a CUT em um instrumento para a tomada do poder nem imprimir à entidade o caráter de um partido político. No seu documento final, o congresso - um dos mais exaltados já realizados no seio da entidade - condenou com veemência o chamado sindicat-

lismo reformista (que faz das lutas reivindicatórias um objetivo em si mesmo e não combate a exploração capitalista), que, na opinião da CUT está incrustado no interior da CGT. Da mesma forma, repudiou o sindicalismo vanguardista (que subestima o papel das lutas reivindicatórias e que na maioria das vezes confunde o sindicato com partido político).

A opção da CUT foi por um terceiro modelo - "o sindicalismo classista". Nele, os objetivos da central combinam a luta por melhores e condições para os trabalhadores, trabalhando também junto a ele "para que assuma uma perspectiva de luta pela construção de sociedade socialista". O papel das entidades sindicais não é de traçar uma estratégia política para a conquista do poder e muito menos um programa de transformação da sociedade - é, em resumo, a lição tirada no congresso.

A explicitação de posições diminuirá também a representação dos grupos políticos na direção estadual - o que seguramente irá repercutir no comando nacional da entidade. Ainda em processo de votação, com três chapas concorrentes, estava claro no início da noite que a chapa organizada pelos sindicalistas autênticos terá larga margem de comando no braço estadual da CUT.

Mineração nas terras indígenas

Em uma série de reportagens, o jornal O Estado de São Paulo denunciou o envolvimento do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), assim como do CEDI (Centro Ecuemênico de Documentação e Informação), numa suposta conspiração internacional visando restringir a soberania do Brasil sobre as áreas indígenas. Segundo o jornal, o Cimi estaria recebendo dinheiro de multinacionais afim de evitar a exploração de determinados minérios em terras indígenas, favorecendo assim empresas mineradoras internacionais.

Elencamos a seguir alguns títulos que foram publicados pelo O Estado de São Paulo. Devido ao grande número de matérias publicadas e a falta de espaço na publicação, optamos por não publicar os artigos na íntegra.

Esclarecemos aos leitores interessados em adquirir as mesmas, que o CEDI, através de seu Setor de Documentação, mantém cópia para os interessados.

"A Conspiração Contra o Brasil" - (ESP - 9/8/87)

"Nem Só de Índios Vive o Cimi" - (ESP - 11/8/87)

"Uma Violação da Soberania Nacional" - (ESP - 11/8/87)

"O Cimi e seus irmãos do estanho" - (ESP - 12/8/87)

"Índios, o Caminho para o Minério" - (ESP - 14/8/87)

CIMI E MINERAÇÃO

D. Luciano Mendes de Almeida

Nestes últimos dias "O Estado de São Paulo" veio publicando cinco artigos a respeito do Conselho Indigenista Missionário - Cimi - em sua atuação entre os índios.

É compreensível que em relação à questão indígena, possa alguém ter posição diferente do Cimi. No entanto, não se pode aceitar que se deforme deliberadamente a verdade, inventando declarações de missionários e difundindo uma leitura gravemente tendenciosa dos fatos. Basta pensar na alusão fantástica de que o Cimi estaria comprando cem máquinas para explorar minérios ou colaborando com entidades estrangeiras em projetos contrários à soberania e unidade nacional. Isto é completamente falso.

Estes artigos lançaram na opinião pública uma série de inverdades, procurando colocar em questão o trabalho e zelo dos missionários a ponto até de acusar o Conselho Mundial de Igrejas de ingerir-se na política indigenista do país.

É preciso, em primeiro lugar, por questão de justiça, denunciar a falsidade destas afirmações. Como explicar semelhante campanha difamatória?

Pelo teor dos artigos e pela insistente alusão a empresas mineradoras, entende-se que se trata, mais uma vez, da ambição destas empresas de explorar o minério em terras indígenas. A posição do Cimi exclui a concessão indiscriminada de licença e concorda com o projeto da Constituição que prevê, no artigo 427, casos especiais em que, como privilégio da União, seria possível, em vista do bem comum, desenvolver lavra em território dos índios.

Por que fora dos casos excepcionais é necessário nesses territórios coibir a exploração de minérios? A resposta é clara, pois a entrada de empresas de mineração acarreta aos poucos o extermínio das populações indígenas. Compreende-se, portanto, a decisão humanitária do ministro Aureliano Chaves de não conceder novas licenças para explorar minérios em terras indígenas. Deve-se aplaudir esta opção pela vida dos índios.

CRONOLOGIA DE UMA CONSPIRAÇÃO

Severo Gomes

"Conspiração contra o Brasil" foi o título de uma série de reportagens de "O Estado de São Paulo", iniciada no domingo passado.

Um leitor desavisado poderia entender nesse cabeçalho de primeira página uma mudança de 180º na linha editorial do jornal. No corpo da matéria, as palavras de ordem de defesa, da soberania, ameaças do imperialismo e interesses dos países industrializados capitalistas confundem os leitores acostumados exatamente ao contrário.

O imperialismo estaria agindo por meio da Igreja, que domesticaria os povos indígenas, contra o interesse da nação brasileira, na "conspiração contra o Brasil".

Os leitores não são bobos. Podem estar confusos com a metamorfose, e aqui faremos um exercício de esclarecimentos.

As populações indígenas ocupam hoje o território que lhes sobrou do avanço dos brancos e do genocídio inaugurado há mais de quatro séculos. Foram comprimidos na fronteira do Norte. Ocorre que o subsolo dessas terras é rico em minérios preciosos, entre eles o ouro - esse metal de serventia cada vez menor na odontologia - mas que tem a molécula mais carregada de sangue na história do homem.

Aqui começo a cronologia acima mencionada:

1) No trabalho inicial das subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte foi aprovado o preceito de que a mineração nas terras indígenas só poderia ser realizado com aprovação do Congresso e por em-

Neste contexto de reconhecimento da dignidade das populações indígenas, veio sendo elaborado o novo projeto da Constituição. Muitos constituintes assumiram por convicção uma atitude de notável respeito à causa dos índios procurando assegurar os direitos à terra e desenvolvimento da própria cultura. O texto do deputado Bernardo Cabral acolhe e propõe as normas que garantem estes direitos e restringe a casos excepcionais a possibilidade de explorar minérios em terras indígenas.

É lamentável que justamente quando o Brasil se dispõe a resgatar de algum modo a dívida histórica para com os índios, haja pessoas que não têm escrúpulos, mesmo à custa da verdade, de explorar a mineração que depreda o meio ambiente e elimina a vida dos índios.

O deputado Lysâneas Maciel, referindo-se aos esforços do Cimi, quanto à salvaguarda do solo indígena, em seu pronunciamento na Câmara há dois dias, situou bem o problema diante dos atuais ataques que a entidade vem sofrendo.

Qual o proveito, pergunta, que terão o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Indigenista Missionário se o solo indígena for preservado? Se não o for, quem lucrará? Entende-se a força contundente dessas respostas.

É preciso em toda esta questão exercitar o bom senso e o espírito crítico para descobrirmos onde está a verdade dos fatos e a retidão das intenções, rejeitando com vigor todo recurso à difamação.

Aguardamos, com esperança, o voto dos constituintes em favor das populações indígenas e pedimos a Deus que as empresas de exploração descubram que a vida do índio vale muito mais do que todo o minério do Brasil. (FSP - 15/8/87)

presa pública (conspiração contra o Brasil?). Com isso o legislador abriu espaço à exploração de minérios essenciais no nosso desenvolvimento, mas através do Estado, obrigando a uma política indigenista que preservasse a vida física e cultural dos povos atingidos.

Providência de elementar decência aos olhos daqueles que não aceitam a "solução final" dos povos indígenas, desta feita baseada na iniciativa privada.

2) Foi o quanto bastou para que as mineradoras enlouquecessem. Tramaram, corromperam, subornaram e conseguiram registrar direitos de pesquisa em territórios indígenas para criar o fato consumado. O "Jornal do Brasil" de 1º de julho noticiou: "Portaria da Funai e DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral - mantida em sigilo até agora, abriu as áreas indígenas à exploração das empresas mineadoras desde 18 de maio deste ano".

3) Aconteceu o inacreditável às pessoas que não acreditam na decência: o ministro Aureliano Chaves, no dia seguinte à notícia, reuniu a imprensa e anunciou "a suspensão da concessão de alvarás de pesquisa mineral em terras indígenas e a anulação dos já concedidos", "... em face da orientação do próprio presidente da República".

4) Se a lei, o presidente da República e a opinião pública eram um obstáculo à cupidéz, só restava o último e clássico caminho: O Plano Cohen da mineração. A força da mentira e da calúnia.

De uma coisa não tenhamos dúvidas. Com esta campanha e mais o encarte semanal dos "contras" da Nicarágua - pasme - o supracitado jornal distribuirá dividendos. (FSP - 16/8/87)

CNBB QUER PROCESSAR "O ESTADO"

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Luciano Mendes de Almeida, deve entrar com uma ação de responsabilização penal contra o jornal "O Estado de São Paulo", nos próximos dias, contestando as reportagens publicadas nos dias 9, 11, 12, 13 e 14 de agosto, sobre as atividades do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à CNBB. "Os documentos apresentados na matéria são falsos. Foram fraudados", disse d. Luciano, durante o debate "Exploração Mineral em Terras Indígenas", promovido ontem pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP). Em resposta às declarações de d. Luciano Mendes de Almeida, o editor-chefe de "O Estado de São Paulo", Luciano Ornelas, disse que "ao atacar o jornal 'O Estado de São Paulo', d. Luciano e seu colega, o empresário Severo Gomes, se esquecem de responder o principal: responder às denúncias publicadas e comprovadas em documentos verdadeiros de que o Cimi tenta impor à Constituinte a tese da soberania restrita para a Amazônia. A dupla d. Luciano-Severo se perde nos considerandos e não entra no principalmente". Durante o debate, d. Luciano afirmou que "me espanta que um jornal como esse tenha se prestado a publicar uma matéria fantasiosa". Segundo ele, o jornal assumiu "os interesses das empresas de mineração em detrimento das populações indígenas". Na tarde de ontem, o bispo se reuniu com advogados para estudar a ação judicial que deve mover contra o jornal. Nenhum dos cinquenta constituintes presentes ao debate, na Comissão de Finanças do Senado, contestou d. Luciano. D. Luciano pediu ainda a "instalação imediata" de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as "denúncias" do jornal. A CPI havia sido solicitada à Câmara pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centro-direita, que classificou, na última semana, como "graves" as acusações feitas pelo jornal. Embora presente ao debate, Cardoso Alves não falou em nenhum momento e saiu antes do término. O deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES),

esquerda, vai sugerir a convocação do ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, para depor na CPI. "Afinal, ele disse

que tinha conhecimento das denúncias do jornal", disse. (FSP - 21/8/87)

Índios

DPF TERÁ AÇÃO PERMANENTE NO CALHA NORTE

A Polícia Federal terá uma ação permanente no Projeto Calha Norte. Os agentes que serão enviados para a ocupação policial já se submeteram a três cursos de sobrevivência de selva e nesta semana o estado maior do Exército autorizou a realização de cursos de pára-quedismo e "rapel", que consiste no acesso a regiões inóspitas através de cordas. Para o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma, a ocupação policial da região atingida pela Calha Norte é essencial porque vai combater o crime organizado. "O estrangeiro usa o índio para colher a plantação de coca e para outros tipos de delitos sem ser incomodado por ninguém", observa Tuma. Com o projeto, continua, haverá efetivamente uma ocupação de território nacional por brasileiros, "evitando o ingresso de estrangeiros que exploram a mão-de-obra indígena e iludem o nativo com promessas falsas de projetos mirabolantes". Defensor do Projeto Calha Norte, Romeu Tuma observa que o Norte é uma região aurífera de minerais estratégicos, de importância vital para a economia brasileira. "Isto gera a cobiça de vários povos que vêm esgotadas as suas riquezas minerais". (JORNAL DE BRASÍLIA/DF - 15/8/87)

INDENIZAÇÃO DE 20 MILHOES BENEFICIA OS ÍNDIOS KRIKATI

Os índios Krikati, que habitam uma área

de 85.500 hectares, no Estado do Maranhão, vão receber da Eletronorte, a título de indenização, 20 milhões de cruzados, em virtude da passagem, por dentro de suas terras, do segundo circuito da linha de transmissão de energia ligando os municípios de Imperatriz e Presidente Dutra. O presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá Filho, e o presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, assinaram um termo de compromisso onde ficou estabelecido o plano de aplicação dos recursos. Com a validade de um ano, a partir de junho passado, o termo de compromisso assinado pela Funai/Eletronorte vai permitir o desenvolvimento de atividades sanitárias, educacionais, culturais e produtivas, beneficiando uma comunidade que conta, hoje, com aproximadamente 380 indígenas, instalados numa reserva que se estende pelos municípios maranhenses de Montes Altos, Sítio Novo e Amarante. (O LIBERAL/PA - 1/8/87)

CONVÊNIO VALE-FUNAI PRORROGADO

Marcado, inicialmente para expirar em 30 de junho deste ano, o convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Fundação Nacional do Índio - que vigora há cinco anos, atendendo 12.800 indígenas localizados nas zonas de influência do projeto Carajás - teve seu prazo de duração prorrogado até 31 de dezembro de 1988. A informação foi prestada pelo superintendente em exercício da 4ª Superintendência Executiva Regional da Funai - que tem jurisdi-

ção sobre o Pará, Maranhão e Amapá -, Dinarte Nobre de Madeiro, que esteve no Rio, participando de uma reunião com a gerente do convênio, Maria de Lourdes Daves Freitas, da Companhia Vale do Rio Doce. Da reunião participaram, ainda, o assessor de Planejamento da 4ª SUER, Idalécio Moreira, além do assessor da Coordenação de Projetos Especiais da Funai, em Brasília, Arthur Nobre Mendes, e de Kátia Serejo e Francisco Fonseca, ambos técnicos do Meio Ambiente, da CVRD. Segundo Idalécio Moreira, que desempenha as funções de coordenador do convênio, tanto a Funai como a Companhia Vale do Rio Doce preocuparam-se em estabelecer, como prioridades básicas, a demarcação de terras, a implementação de um programa amplo na área de saúde e o desenvolvimento de um programa de conservação ambiental. (O LIBERAL/PA - 7/8/87)

ÍNDIOS REIVINDICAM

Vinte e cinco caminhões carregados de mogno pertencente à Madeireira Sebba foram apreendidos pelos índios Gorotire da reserva Kayapó, no sul do Pará. Os índios reivindicam o reajuste dos preços pagos pela empresa para a extração da madeira, de 5 para 8 OTN por metro cúbico e prometem só liberar os caminhões quando houver o reajuste. Segundo o índio Kubei Kayapoh, todas as demais empresas extratoras de madeira já vêm pagando 8 OTN pelo metro cúbico do mogno. Só a Sebba paga 5 OTN aos índios Gorotire e 3 OTN aos índios Aukre. O cacique foi a Belém tentar a intermediação da Funai para o problema. (GAZETA MERCANTIL/SP - 19/8/87)